

**ARTEFATOS DA ESCRAVIDÃO
REVELAM HISTÓRIAS AUSENTES
DOS DOCUMENTOS ESCRITOS**

AGOSTINI, Camilla (Org.). *Objetos da escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013. 364p.

*E*ste livro tem uma proposta interdisciplinar explicitada logo na apresentação. Há textos de historiadores, arqueólogos e antropólogos que dialogam entre si e também com a Museologia, como bem diz a organizadora. O objetivo principal da coletânea é congregar pesquisas que avancem na discussão sobre a cultura material da escravidão. São muitas as ideias e discussões apresentadas, mas há um sentido comum em todos os textos que é mostrar que os objetos, como expressões materiais da escravidão, dizem-nos muitas coisas que não estão nos textos escritos com os quais os historiadores costumam trabalhar. Textos, quase sempre, são produzidos pelo dominador, pelo vencedor, regra geral, o produtor do artefato. Os objetos nem sempre seguem essa regra. Da mesma forma, relatos e memórias servem muito à etnografia, mas são mediados e reconstituídos pelo tempo e a conseqüente experiência humana. Conforme Agostini, existe uma silenciosa dinâmica na materialidade. É essa dinâmica que os

autores buscam desvendar e apresentar ao leitor. Dito assim de forma tão simples, isso parece pouco, e até autoevidente, mas o fato é que ainda são poucos os trabalhos que buscam perceber as nuances da escravidão, raramente encontradas e extraídas de textos escritos ou relatos etnográficos. Alcançar essa meta é o grande mérito desse livro e a razão para torná-lo uma contribuição importante para os estudos da escravidão no Brasil.

As diversas abordagens contidas na coletânea são enriquecidas pelo caráter interdisciplinar da obra, um dos seus pontos fortes, mesmo que prejudique a tentativa de se obter uma maior unidade temática. Esse caráter interdisciplinar permite aos autores também usar fontes escritas e orais como suporte para entender a cultura material da escravidão e interpretar os múltiplos significados dos artefatos estudados. Sob o ponto de vista teórico, esse trânsito entre métodos e técnicas de pesquisa de diferentes ciências (Antropologia, História e Arqueologia) é, ao mes-

mo tempo, fascinante e complexo, pois toca justamente na corda mestra da interdisciplinaridade, que, ao transitar entre diferentes ramos do conhecimento científico, requer ainda mais rigor para não cair no puro ensaísmo. Dessa preocupação teórica e metodológica resultam instigantes discussões sobre como interpretar objetos que se têm em mãos à luz do que já se sabe em diferentes áreas do conhecimento.

O primeiro capítulo, de Marcos André Torres de Souza, traz uma discussão teórica sobre a possibilidade de a Arqueologia contribuir com o desvendar da cultura material dos escravos e, assim, entender, inclusive, aspectos pouco estudados da resistência. O estudo da louça encontrada em uma escavação no Engenho de São Joaquim, em Goiás, por exemplo, demonstra que os cativos foram capazes de fazer um uso criativo dos recursos disponíveis à revelia dos senhores. Alguma louça era de fato doada pelos senhores, como parte das relações paternalistas, mas havia aquisição própria, reaproveitamento e reciclagem, gerando utensílios e ferramentas variados. Os cativos também criaram recipientes cerâmicos cuja utilidade era oposta à que pretendia a classe senhorial, pois estavam envolvidos na luta identitária. O estudo dos artefatos cerâmicos mostra grande riqueza cultural e capacidade de adaptação, criação e resistência.

O segundo capítulo, de Luís Cláudio Pereira Symanski, estuda

a cultura material, as identidades e a cosmologia dos cativos de Mato Grosso com base nos resquícios arqueológicos de engenhos na Chapada dos Guimarães. O texto cruza os achados arqueológicos com documentos escritos sobre a procedência dos cativos levados para a Chapada e, lastreado na historiografia sobre cultura material e resistência escrava, fala sobre práticas cotidianas, a reconstrução de ideias e a manutenção de sistemas de crenças africanos no Brasil. Foram encontrados traços de culturas diversas, mas com predomínio baongo. O autor lembra James Scott, argumentando que a Arqueologia serve também para descobrir *hidden transcripts* sobre resistência. Nesse sentido, é instigante terem sido encontrados objetos mágicos embaixo de uma casa-grande, demonstrando que havia não apenas uma resistência religiosa mas um conflito. Entre as estratégias de resistência estava a tentativa de manipular o mundo espiritual em favor dos cativos e contra a classe senhorial, ou seja, os cativos fabricavam artefatos que tanto podiam protegê-los, como prejudicar os senhores.

O terceiro capítulo é de autoria de Camila Agostini. Integrando História e Arqueologia, a autora apresenta uma instigante discussão teórica sobre a questão do espaço, sobre como a Arqueologia da paisagem pode servir de guia para a leitura de documentos escritos, pois, afinal, os lugares não existem apenas,

eles acontecem, são experiências históricas. Assim, além de “espaços estruturais” devotados a funções previamente estabelecidas, impostas até, haveria “espaços liminares”, nos quais imperava a negociação, o conflito, a resistência, as potencialidades. Corroborando o que foi dito no artigo anterior de Symanski, Agostini deixa claro que, em termos espirituais, a casa-grande não era indevassável e que o estudo da senzala é também muito instigante. O uso dos autos processuais de um homicídio junto ao estudo arqueológico do espaço onde ele se deu é um dos pontos fortes desse texto, que aponta perspectivas interpretativas impossíveis de se fazer sem o uso articulado da História e da Arqueologia da região cafeeira no XIX.

No quarto capítulo, Flávio Gomes disserta sobre as múltiplas possibilidades abertas pelo estudo de narrativas contidas em processos criminais, para o entendimento das percepções escravas e senhoriais sobre a geografia das fazendas, dos terreiros, das roças e até das florestas da região de *plantation* do Vale do Paraíba. Naqueles espaços, eram definidas as lógicas da dominação e da resistência. O escravo produzia espaços e delimitava territórios onde se realizava sua cultura. O autor disserta longa e densamente sobre esses espaços e suas possibilidades interpretativas. Usando uma metáfora da Arqueologia, fala da construção de “camadas” espaciais por parte dos escravos. Insurgências, autonomia,

acomodações, tensões, conflitos e confrontos eram gestados nesse processo de constituição de territórios, que precisam ser olhados pelo historiador também com o cuidado do arqueólogo, sempre mais atencioso com os detalhes materiais da paisagem, do meio ambiente, do espaço construído pelo homem.

No capítulo seguinte, Johana Caterina Mantilla Oliveros agrega um estudo histórico e etnográfico a uma investigação arqueológica sobre o quilombo de San Basílio, na Colômbia, e termina trazendo resultados estimulantes. A autora perscruta a memória coletiva por meio de entrevistas. Investiga também a geografia da comunidade e do seu entorno, os “retiros”, onde antes habitavam os descendentes dos quilombolas. Os registros arqueológicos, basicamente cerâmicos, recuperados e analisados, todavia, remontam ao século XIX. Para a autora, fica evidente, portanto, o vínculo da comunidade com as guerras civis do século XIX, pois o assentamento atual foi sendo construído nos arredores da capela de San Basílio. Assim, fica claro que foi naquele século que surgiu um contexto mais favorável para que aqueles descendentes de quilombolas pudessem habitar mais próximos entre si do que nos períodos anteriores, quando se espalhavam pelos arredores da atual vila.

O texto de Lúcio Menezes Ferreira e Gabino La Rosa Corzo investiga as marcas de ferrar escravos em Cuba e como essa prática tinha uma

história e significados múltiplos. Para isso, pretendem, como, aliás, outros na coletânea, ler a documentação textual como arqueólogos históricos, ou seja, perceber como os artefatos se imbricam no contexto social e histórico. Mostrando a longevidade do uso das marcas, o texto indica que as marcas particulares, a “carimba”, imprimiam um registro de propriedade; já a marca régia representava a quitação de impostos de importação da “peça”. Assim, a marca régia lembrava ao senhor que ele era um súdito e ao escravo que havia uma instância acima de poder ao qual não lhe era de todo impossível recorrer. A ausência da marca régia registrava uma situação irregular que poderia eventualmente servir aos cativos. Por brutal que tenha sido, portanto, a marca podia ter diversos significados e usos.

A coletânea traz ainda dois textos sobre Palmares. O primeiro de Pedro Paulo A. Funari e Aline Vieira de Carvalho. O segundo de Scott Joseph Allen.

O texto de Funari e Carvalho parte de uma discussão sobre sincretismo e criouliização, dois campos de debates acirrados, e busca mostrar como os achados arqueológicos sobre Palmares podem contribuir para elucidar essas questões. A cerâmica encontrada nas escavações feitas em Palmares foi estudada sob diferentes abordagens teórico-metodológicas e chama a atenção pela sua grande diversidade, com artefatos europeus, indígenas, africanos e

produções locais. Palmares, portanto, não é um dado estático, mas um espaço de criação, de etnogênese, inclusive, segundo os autores desse capítulo. Para eles, portanto, Palmares, não foi apenas uma fusão linear de elementos vários, mas uma experiência cultural única, que deve ser estudada com cuidado, pois, no presente, há disputas sobre o passado arqueológico, e a pesquisa envolve escolhas que incluem e/ou excluem, pois há grupos cujos resquícios arqueológicos são estudados, outros não. Assim, como dizem os autores, estudar esse tema na contemporaneidade pode contribuir para favorecer a diversidade e a inclusão social.

O texto de Scott Joseph Allen, embora sucinto, faz uma síntese muito bem articulada de estudos sobre fazendas e engenhos coloniais realizados até o momento e ainda avança um panorama sobre pesquisas em andamento. Além disso, desenvolve uma discussão sobre os problemas da Arqueologia da diáspora africana no Brasil. Segundo o autor, a arqueologia histórica no Nordeste (e eu diria mesmo no Brasil) tem se concentrado muito na área de preservação monumental e arquitetônica. Assim, reconhece Allen, explicitamente, que a arqueologia da diáspora africana na região ainda está em sua infância. Apesar dos imensos (e eu diria ainda pouco reconhecidos) esforços dos arqueólogos que trabalham com a arqueologia da escravidão africana no Brasil, ainda é muito pouco o que sabemos

efetivamente sobre Palmares com base, por exemplo, em estudos arqueológicos. Para desapontamento dos incautos, todavia, o autor argumenta ainda que, como o sítio onde estava o quilombo não foi ocupado intensamente, escavações na serra da Barriga dificilmente fornecerão informações adequadas sobre o “cotidiano” dos quilombolas, ainda que o local tenha sido utilizado por eles. O texto, todavia, aponta caminhos e questões que podem ser desenvolvidos no futuro.

Carlos Magno Guimarães e Anna Luíza Rezende Ladeia tratam dos resquícios arqueológicos do quilombo do Ambrósio em Minas Gerais, que tem a reputação de ter sido o maior e mais estável de todos os que existiram na antiga capitania. Os autores partem da constatação da diversidade étnica da classe escrava na sociedade mineira colonial para explicar a geração de um universo cultural mestiço. As escavações e os artefatos encontrados demonstram que o quilombo, durante algumas décadas, teve uma população bastante expressiva e estável. A partir dos registros arqueológicos, os autores apresentam uma análise muito rica da moradia, cerâmica, alimentação, religião e outras tantas dimensões do modo de vida quilombola, fazendo um uso muito eficaz do diálogo entre Arqueologia e História.

Gilson Rambelli, especialista em Arqueologia subaquática, perscruta os resquícios de navios negreiros naufragados. Tal como outros textos

do livro, em primeiro lugar, o autor discute os desafios metodológicos que enfrenta o pesquisador, no seu caso, o mar e seus movimentos, a profundidade, o solo oceânico e até as agressões aos sítios provocadas por outros mergulhadores. Os sítios formados pelos restos de embarcações naufragadas são sistemas complexos, submetidos a uma “ditadura epistemológica” imposta pelos próprios sítios, nas profundezas do oceano, que naturalmente preserva a parte de baixo do casco e não a parte de cima, onde se dava toda a ação social. O autor dialoga com a historiografia sobre navios negreiros para encontrar suportes para entender os resquícios encontrados e arremata que a Arqueologia precisa deixar o que chama de “barreiras agrocêntricas” e também “pensar molhado”, pois os sítios subaquáticos têm efetivamente muito o que mostrar.

Vanicléia Silva Santos dialoga com a historiografia sobre o Brasil e sobre a África ao tratar da Arqueologia das bolsas de mandinga. Atenta aos detalhes de rezas e desenhos encontrados, discute a influência, por vezes sutil, outras explícita, do cristianismo sobre os povos africanos antes mesmo do embarque para o Brasil. Sabe-se que há elementos comuns a muitas religiões, como é o caso do símbolo da cruz, presente tanto na cosmogonia cristã como na dos povos da África centro-ocidental. Houve um diálogo entre diferentes sistemas de pensamento, baseado nas analogias possíveis entre

diferentes cosmologias. Assim, cruzeiros e santos levados pelos europeus à África eram também chamados de *minkisi*, e os padres, de *ganga*. A autora analisa desenhos e artefatos encontrados em bolsas de mandinga, mostrando como eles expressam a imensa capacidade dos povos africanos de recriarem suas tradições, atribuindo novos sentidos a símbolos de diferentes origens, agindo sobre o mundo espiritual. De tudo isso resultavam condutas concretas de resistência à escravização.

Larissa Oliveira e Gabarra analisa o que chamamos genericamente de “cajado”, artefato de múltiplos significados, chamados de “bastões” no congado mineiro e que a autora relaciona às *mihangas*, usadas no *Lupambulu*, um culto que trabalha com espíritos na África central. A autora discute a literatura produzida sobre rituais religiosos nos quais são utilizados cajados nos dois lados do Atlântico, tecendo, portanto, as possíveis relações entre cosmogonias propriamente africanas e aquelas dos africanos e seus descendentes no Brasil. Os cajados, uma vez preparados, servem de meio de ligação com um mundo ainda mais poderoso do que este: o mundo dos mortos. Assim, os bastões do congado, como na África, permanecem relíquias, pois são repassados por sucessivas gerações, estipulando o lugar do mais velho — que empalma o bastão nos rituais — e, assim, representa e renova a identidade do grupo.

Juliana Garcia Corrêa estuda os objetos das cerimônias do reinado, ou festa de reinado, realizadas por algumas Irmandades dos Homens Pretos e Irmandades do Rosário em Minas Gerais. Tambores, coroas, chocalhos, cajados são os principais objetos enfocados. Esses objetos sagrados participam de uma história referenciada pela comunidade e confirmam simbologias compartilhadas pelos participantes da festa. Há narrativas sobre o toque de tambores, por exemplo, contadas em diferentes versões por “capitães” de Irmandades distintas. Em todas as versões, todavia, os objetos são tratados da mesma forma. Entende, assim, a autora que os objetos de culto não apenas têm história, mas possuem um lugar social, seja como expressões culturais, seja como condensadores de processos de simbolização. Os objetos, portanto, identificam a comunidade, reforçam vínculos e, por fim, revelam aspectos fundamentais da cosmovisão dos participantes da festa que remetem à época da escravidão, à diáspora e às sociabilidades vividas na África e no Brasil.

Manuel Ferreira Lima Filho mostra uma Ouro Preto cindida entre ricos e pobres, brancos e negros, com impacto no espaço, na história e na memória da cidade. Ele considera que a representação consagrada sobre a cidade — um polígono tombado de casarios e igrejas bem preservadas — esconde a Ouro Preto pobre, onde existem outros tantos

artefatos capazes de revelar aspectos importantes sobre as raízes africanas da população local. Seu estudo etnográfico sai desse espaço consagrado do bairro tombado para um morro no bairro do Alto da Cruz, onde está a igreja de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Ifigênia, cujo barroco traz anjos com expressões africanas, búzios e outros ornamentos não lusitanos. Tendo ouvido moradores, o autor reproduz narrativas de agentes de origens sociais distintas, mas que se encontram ao relacionar Ifigênia e Chico Rei à construção da territorialidade negra, afrodescendente da cidade. A congada de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Ifigênia representa, assim, um empoderamento da população excluída da cidade visando a alcançar o que o autor chama de “cidadania patrimonial”.

O texto de Deborah Lima, Évelin Nascimento e Maurício Filho analisa o processo de produção da identidade da comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (MG), relacionando a memória coletiva ao patrimônio histórico. O povoado está assentado próximo às ruínas de uma majestosa chácara da época das minas, cuja relação com os quilombolas ainda não foi devidamente esclarecida, apesar de ser inevitável perceber que a comunidade atual descende de cativos ou libertos vinculados àquela propriedade. Todavia, a valorização jurídica das raízes africanas para o reconhecimento da posse da terra e a militância quilombola levaram a uma revalorização

do passado escravo e africano. Os autores percebem que, se, anteriormente, não havia uma memória coletiva ou história oral que vinculasse a comunidade às ruínas do casarão, essa história agora existe. O processo de produção dessa história e o que pode revelar o casarão sobre a comunidade e seu passado são analisados nesse estudo que mostra a riqueza de possibilidades do processo de construção de uma memória coletiva, memória essa que é instrumental para a identidade do grupo, a manutenção de seus vínculos comunitários e para a própria preservação do casarão.

O último capítulo do livro, de Mariza de Carvalho Soares e Rachel Corrêa Lima, é um relato do andamento do projeto de reorganização dos artefatos africanos do Museu Nacional. O acervo estudado pelas autoras é rico e diverso. São aproximadamente 700 artefatos reunidos entre 1818, quando foi inaugurado o Museu Real, e 1936, a data do último registro dos objetos colecionados, embora seja possível que alguns tenham sido agregados depois, de forma avulsa. A pobreza de muitos dos registros originais dificulta a identificação imediata dos objetos, muitos dos quais exigem estudos mais alentados para situá-los e entendê-los adequadamente. O foco principal do texto, todavia, são os artefatos enviados por Adandozan, rei do Daomé (1795-1818), a dom João, em 1811, que, eventualmente, aparecem ilustrando textos de

História, mas que precisam de um estudo mais adequado, pois, como bem demonstram as autoras, não se trata de “curiosidades” oriundas de uma “África inculta”, como pretendia a museologia tradicional e colonizadora. O estudo da “bandeira de guerra” enviada por Adandozan é fascinante e prova que artefatos não apenas têm história mas também significados que revelam nuances importantes da história da África, do Brasil e da presença euro-brasileira na África pré-colonial.

Esses muitos capítulos também tornam o livro útil na sala de aula, pois a variedade e autonomia dos estudos permitem o aproveitamento em diferentes disciplinas. Claro que essa mesma variedade resulta numa certa dispersão: afinal de contas, o que teriam em comum pedaços de cerâmica antiga, marcas de escravos, cajados de festa de reinado, desenhos em bolsas de mandinga e um trono africano, além de serem artefatos

vinculados à experiência africana e escrava no Brasil? Essa variedade, todavia, pode também ser encarada de uma forma positiva, na medida em que serve como convite para uma reflexão mais ampla sobre a cultura material da escravidão, pois há objetos capazes de revelar aspectos da experiência histórica pouco evidentes em outros artefatos, como textos escritos, por exemplo. Nesse sentido, a leitura do livro deixa evidente que há muito o que avançar nessa trilha. Precisamos de mais estudos sobre os resquícios arqueológicos da escravidão, sobre os acervos dos nossos museus, sobre os objetos utilizados em diferentes ritos e cultos vinculados à experiência africana no Brasil. Este livro, portanto, não é apenas importante por seus achados, pelas discussões que traz, mas pela iniciativa em si, agregando, com sucesso, arqueólogos, antropólogos, historiadores e museólogos para pensarem sobre a escravidão.

Marcus J. M. de Carvalho
marcus.carvalho@superig.com.br
Universidade Federal de Pernambuco